



FENACON em

S E R V I Ç O S

contabilidade • assessoramento • perícias • informações • pesquisas

Esforço que recompensa

Leis de incentivos fiscais em favor da criança e do adolescente existem há mais de dez anos, mas ainda são pouco utilizadas. O total de deduções em 2001 não chegou a 1% do potencial estimado de R\$ 271 milhões. Responsabilidade social das empresas pode fazer a diferença



Entrevista

Germano Rigotto, governador eleito do RS, fala sobre as perspectivas de aprovação da reforma tributária em 2003



Desenvolvimento Pessoal

Equipes do bem

Contribuição
Sindical 2003
Fique atento!

Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

SESCAP - Acre

Pres.: Sergio Castagna
Av. Getúlio Vargas, 130, sala 205 - Centro
69900-660 - Rio Branco/AC
Tel.: (68) 223.6942
castagnasergio@aol.com

SESCON - Alagoas

Pres.: Anastácio Costa Mota
R. Dr. Albino Magalhães, 185
57050-080 - Maceió/AL
Telefax (82) 336.2210
sescional@matrix.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-al

SESCAP - Amapá

Pres.: Aluísio Pires de Oliveira
Rua Cândido Mendes, 374, sala B
68900-100 - Macapá - AP
Telefone: (96) 222.0434
sescap_ap@uol.com.br

SESCON - Amazonas

Pres.: Wilson Américo da Silva
R. Monsenhor Coutinho, 485 - sala 3 - Centro
69010-110 - Manaus/AM
Tel.: (92) 231.1090
sesconam@uol.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-am

SESCON - Apucarana

Pres.: Alicindo Carlos Moroti
Rua Osvaldo Cruz, 341 - Centro
86800-720 - Apucarana - PR
Tel. (43) 422.3913
aprogramacao@onda.com.br

SESCON - Bahia

Pres.: Fernando César Passos Lopo
Av. Antonio Carlos Magalhães, 2573 - 12º andar, sl. 1205/1206 - Candeal de Brotas - 40289-900 - Salvador/BA
Telefax. (71) 452.4082/9945
sesconba@terra.com.br

SESCON - Blumenau

Pres.: Carlos Roberto Victorino
R. 15 de novembro, 550 - Sl 1009
89010-901 - Blumenau/SC
Telefax. (47) 326.0236 / 326.3401
sesconblumenau@flynet.com.br

SESCON - Caxias do Sul

Pres.: Moacir Carbonera
R. Ítalo Víctor Bersani, 1134
95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel. (54) 228.2425 - Fax: (54) 222.7825
sescon@cic-caxias.com.br

SESCON - Ceará

Pres.: Urubatam Augusto Ribeiro
Av. Washington Soares, 1.400 - sl. 401
60811-341 - Fortaleza/CE
Tel. (85) 273.4341
Fax: (85) 273.5083
sesconce@baydenet.com.br
www.sescon-ce.com.br

SESCON - Distrito Federal

Pres.: Elizer Soares de Paula
SHC Sul, Qd. 504, Bloco C,
Loja 64, Subsolo
70331-535 - Brasília/DF
Tel.: (61) 226.1269 / 226.1248
sescondf@sescondf.org.br
www.fenacon.org.br/sescon-df

SESCON - Espírito Santo

Pres.: Luiz Carlos de Amorim
R. Quintino Bocaiuva, 16, s. 903
29010-903 - Vitória/ES
Tel. (27) 3223.4936 / 3223.3547
sescon@sescon-es.org.br
www.sescon-es.org.br

SESCON - Goiás

Pres.: Edson Cândido Pinto
Av. Goiás, 400 - 6º and. - Sl. 67 - Centro
74010-010 - Goiânia - GO
Telefax: (62) 212-4477
sescongo@ih.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-go

SESCON - Grande Florianópolis

Pres.: Walter Teófilo Cruz
R. Felipe Schmidt, 303, 9º andar, Centro
88010-903 - Florianópolis/SC
Telefax: (48) 222.1409
sescon@floripa.com.br
www.sesconfloripa.org.br

SESCON - Londrina

Pres.: Paulo Bento
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja
86010-914 - Londrina / PR
Telefax. (43) 3329.3473
sescon@sercomtel.com.br
www.sesconlida.org.br

SESCON - Maranhão

Pres.: Gilberto Alves Ribeiro
Av. Gerônimo de Albuquerque, s/nº - sala 201
Retorno do Calhau - Casa do Trabalhador
65051-200 - São Luís / MA
Telefax: (98) 3082.7972 / (98) 3082.7976
sescon_ma@uol.com.br
www.elo.com.br/sescon

SESCON - Mato Grosso do Sul

Pres.: Laércio José Jacomelli
Rua Elvira Pacheco Sampaio, 681
79071-030 - Campo Grande - MS
Telefax: (67) 387.6094 / 387.5489
sesconms@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-ms

SESCON - Mato Grosso

Pres.: Elynor Rey Parrado
R. São Benedito, 851 - 1º andar
78010-800 - Cuiabá/MT
Tel. (65) 623.1603 / Fax. 321.4831
sesconmt@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-mt

SESCON - Minas Gerais

Pres.: João Batista de Almeida
Av. Afonso Pena, 748 - 24º andar
30.130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax.: (31) 3273.7353
sescon@sescon-mg.com.br
www.sescon-mg.com.br

SESCON - Pará

Pres.: Carlos Alberto do Rego Correa
Av. Presidente Vargas, 640 - 5º andar
Sala 01 - Campina
66017-000 - Belém/PA
Telefax: (91) 212.2558
sesconpa@nautilus.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pa

SESCON - Paraíba

Pres. Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.
R. Rodrigues de Aquino, 267 - sala 703
58013-030 - João Pessoa/PB
Telefax (83) 222.9106
sesconpb@jrcontag.jpa.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pb

SESCAP - Paraná

Pres.: Valdir Pietrobom
R. Marechal Deodoro, 500 - 11º andar
80010-911 - Curitiba/PR
Telefax (41) 222.8183
sescap-pr@sescap-pr.org.br
www.sescap-pr.org.br

SESCON - Pernambuco

Pres.: Almir Dias de Souza
R. José Aderval Chaves, 78 Sls 407/408
51111.030 - Recife/PE
Telefax: (081) 3327.6324 / 3327.4321
sesconpe@truenet.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pe

SESCON - Piauí

Pres.: Tertulino Ribeiro Passos
R. Honório de Paiva, 607 - Piçarra
64001-510 - Teresina/PI
Telefax: (86) 222.6337
sesconpi@analisecontabilidade.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pe

SESCON - Ponta Grossa

Pres. Luiz Fernando Saffraider
R. Comendador Miró, 860 - 1º andar
84010-160 - Ponta Grossa/PR
Tel. (42) 222.1096 - Fax: (42) 222.5040
sesconpg@uol.com.br

SESCON - Rio de Janeiro

Pres.: José Augusto de Carvalho
Av. Presidente Vargas, 542 - sl.1906
20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel. (21) 2233.8868 - Fax. (21) 2233.8899
sesconrj@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-rj

SESCON - Rio Grande do Norte

Pres.: Edson Oliveira da Silva
R. Segundo Wanderley, 855-B, sala 122,
Barro Vermelho
59030-050 - Natal/RN
Tel.: (84) 201.0708
sescon.rn@uol.com.br

SESCON/ Rio Grande do Sul

Pres.: Tadeu Saldanha Steimer
R. Augusto Severo, 168
90240-480 - Porto Alegre - RS
Telefax: (51) 3343.2090
sescon-rs@sescon-rs.com.br
www.sescon-rs.com.br

SESCON - Roraima

Pres.: Maria de Fátima Bezerra da Silva
Av. Getúlio Vargas, 687-W -
Centro/Anexo
69301.030 - Boa Vista/RR
Telefax. (95) 623.0724
fatima@technet.com.br

SESCON - Santa Catarina

Pres.: Vilson Wegener
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - bl.B - sl.306
89201-906 - Joinville/SC
Telefax (47) 433.9849/1131
sesconsc@sesconsc.org.br
www.sesconsc.org.br

SESCON - São Paulo

Pres.: Carlos José de Lima Castro
Av. Tiradentes, 960 - Ponte Pequena
01102-000 - São Paulo - SP
Telefax: (11) 3328.4900 / 3328.4909
sesconsp@sescon.org.br
www.sescon.org.br

SESCON - Sergipe

Pres.: Wladimir Alves Torres
R. Siriri, 496 - sl. 4 - 1º andar
49010-450 - Aracaju/SE
Telefax (79) 214.0722 / 213.7058
sesconse@infonet.com.br
www.infonet.com.br/sesconse

SESCON - Sul Fluminense

Pres. Fulvio Abrami Stagi
R. Orozimbo Ribeiro, 14, 2º and., Centro
27330-420 - Barra Mansa - RJ
Telefax (24) 3323.8318
sesconsul@uol.com.br

SESCON - Tocantins

Pres.: Antônio Luiz Amorim Araújo
ACNO I - Lote 20 - Cj 3 - Sl 25
77013.020 - Palmas/TO
Telefax (63) 215.3395
audicon.to@terra.com.br

Empresário de Serviços, entre em contato com seu sindicato através de e-mail. É mais fácil, rápido e econômico. Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.



FENACON

R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43
01413.000 - São Paulo - SP
Telefax (11) 3063.0937

FENACON em

Ano VII - Edição 84

S E R V I Ç O S

Dezembro de 2002



Diretoria da Fenacon 2001/2003

Presidente

Pedro Coelho Neto

Vice-Presidente - Região Sudeste

Antônio Marangon

Vice-Presidente - Região Nordeste

José Geraldo Lins de Queirós

Vice-Presidente - Região Sul

Mário Elmir Berti

Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte

Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta

Diretor Financeiro

Horizon Donizett Faria de Almeida

Diretor Administrativo

Roberto Wuthstrack

Diretor Institucional

Haroldo Santos Filho

Diretor de Eventos

José Rosivaldo Evangelista Rios

Diretor de Assuntos Legislativos e do Trabalho

Sauro Henrique de Almeida

Diretor de Tecnologia e Negócios

Nivaldo Cleto

Suplentes

José Eustáquio da Fonseca

Luiz Valdir Slompo de Lara

Anastácio Costa Mota

Maciel Breno Schiffler

Orival da Cruz

Cleodon de Brito Saraiva

Izabel Rodrigues Lipke

Carlos Alberto do Rego Correa

Leomir Antonio Minozzo

William de Paiva Motta

Conselho Fiscal

Efetivos

Jodoval Luiz dos Santos

José Carmelo Farias

Antonio José Papior

Suplentes

Irany Barroso de Oliveira Filho

Aluísio Beserra de Mendonça

Luis Carlos Freitas

Representação na CNC

Efetivos

Pedro Coelho Neto

Eliel Soares de Paula

Suplentes

José Augusto de Carvalho

Maria Elzira da Costa

índice

■ espaço do leitor	04
■ palavra do presidente	05
. Contribuição Sindical: uma obrigação que gera direitos	
■ política	06
. PT articula Reforma Tributária e usa MP 66 como balão de ensaio	
. Sucesso nas urnas	
■ publicado & registrado	09
. Reforma Tributária, Novo Código Civil e Refis são destaques na imprensa	
■ desenvolvimento pessoal	11
. Equipes do bem	
■ incentivos fiscais	12
. Vale a pena o esforço	
■ eventos	16
. Presidente da Fenacon fala sobre liderança a representantes sindicais, em Brasília	
. Fórum Internacional sobre fraude e corrupção	
. IN 222	
■ tecnologia da informação	18
. Antecipando o futuro	
■ campanha de contribuição sindical	20
. Categorias econômicas representadas pelos sindicatos filiados à Fenacon	
. Embasamento legal da contribuição sindical	
. Códigos de área dos sindicatos filiados	

expediente

A revista Fenacon em SERVIÇOS é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Impressão: Margraf Editora e Indústria Gráfica

Tiragem: 50 mil exemplares

Auditoria de Circulação: Villas Rodil Auditores Independentes

Circulação: nacional - empresas de setores de serviços ligadas ao Sistema Fenacon, instituições de ensino superior, órgãos governamentais, representantes dos poderes legislativos e assinantes em geral.

Editor Responsável: André Luiz de Andrade

Direção de Arte e Diagramação: Marcelo A. Ventura

Conselho Editorial:

Pedro Coelho Neto

Antonio Marangon

Nivaldo Cleto

Mário Elmir Berti

Gerson Lopes Fonteles

Sérgio Approbato Machado

José Antonio de Godoy

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>

Redação ♦ Assinaturas ♦ Anúncios

Revista Fenacon em SERVIÇOS
Rua Augusta, 1939 - Cj 42 e 43
Cep 01413-000 - São Paulo - SP

revistafenacon@fenacon.org.br

www.fenacon.org.br

Telefones (11) 3063.0937

3082.2218

3088-5774

Mundo acadêmico

Parabenizo a Fenacon pela publicação mensal das suas revistas, visto que seu conteúdo é de muita importância para os profissionais contábeis e, sobretudo, muito aplicado na área acadêmica. Sempre leio as revistas, procurando conciliar meu mundo acadêmico com o mundo profissional e o material divulgado ajuda bastante.

Iraildo José Lopes de Moura
Estudante de C. Contábeis
Salvador - BA
iraildojose@bol.com.br
<http://www.iraildo.cjb.net>

Tributação estadual

Desejo informações tributárias sobre os Estados brasileiros com seus respectivos tributos e alíquotas para trabalho acadêmico. Se possível, por Estados que dão incentivo fiscal.

Frederico Machado Santos
Universitário de Adm. de Empresas
gladston@aguibrancanet.com.br

Revista Fenacon I

Estamos muito satisfeitos com a Revista Fenacon em Serviços. Ela aborda de modo prático e rápido diversos assuntos do interesse da classe contábil e de outras áreas adjacentes, o que nos possibilita a atualização sobre os diversos assuntos relacionados a nossa profissão.

Rodrigo Silva Coutinho
Delta Assessoria
São Luís - MA
cout@elo.com.br

Universo

Revista Fenacon II

Agradeço o envio dessa conceituada revista. Tenho todas elas guardadas. Quando fui presidente do Sindicato dos Contabilistas de Muriaé, sempre levava o exemplar do mês e fazia comentários nas reuniões.

Milton Soares Filho
Contabilidade Santa Clara
Muriaé-MG
cs.clara@terra.com.br

Projeto ISO

Face a matéria divulgada na Revista Fenacon em Serviços, edição 82, pág. 16 ('Certificação da qualidade chega ao interior do Paraná'), informamos que o Escritório Contábil Sigma, localizado na cidade de Irati, interior do Paraná, também participa do 'Projeto ISO', desde 12 de agosto de 2002, através de assinatura de contrato firmado com a Pro ISO Desenvolvimento Tecnológico Ltda.

Rogério Turczyn
Escritório Contábil Sigma
Sigma@irati.com.br

Custo padrão

Sou estudante, estou precisando de informações sobre como, quando, por quem e onde se iniciou a utilização do Custo Padrão, bem como alguma aplicação para o comércio. Se puderem me ajudar ficaria grata.

Elisséia
elisseia@sercomtel.com.br

Valorização

Parabéns à Fenacon pela excelente revista. É desta forma que vamos mostrar ao nosso País a real importância da contabilidade e ter conseqüentemente a valorização dos bons profissionais.

Edmundo Leão de Matos Filho
Belo Horizonte - MG
edmundo@empresarialsc.com.br

StarOffice

Sou docente e contabilista. Primeiro, eu queria parabenizar o diretor da Fenacon, Nivaldo Cleto, pela palestra (I Encontro de Contabilistas de Guarulhos - 17 a 18 de outubro, Guarulhos-SP) e deixar meu e-mail para envio de tudo que for interessante para o crescimento profissional. Quanto ao site da StarOffice, eu gostaria de mais detalhes. Como baixar o programa?

Cristiano Ávila
avila1974@bol.com.br

Nivaldo Cleto: Prezado Cristiano, obrigado pelas considerações. Para você fazer download do StarOffice 5.2, grátis, em português, clique em: <http://www.swi.com.br/programas/staroffice.html> ou http://www.swi.com.br/download/staroffice/so51a_win_03.exe. Atenção, pois você precisa estar conectado através de banda larga, pois o arquivo é enorme (67 Mb). Quanto a notícias, cadastre-se no site da Fenacon que você receberá diariamente informações importantes para o nosso cotidiano. Você pode fazer uma assinatura da Revista Fenacon. Na minha coluna mensal (T.I.), informamos diversas dicas para nossos trabalhos.

Motivação

Parabenizo o arquiteto Paulo Angelim pelos brilhantes artigos apresentados no ano de 2002 e que possa estar sempre com esse entusiasmo e motivação para persuadir pessoas. Tem-se destacado de forma notória no meio dos grandes motivadores. Espero que todos vejam estas matérias para o crescimento pessoal. Parabéns Fenacon pelo trabalho desenvolvido no ano de 2002.

Marcelo Antônio Costa
CONTEC - Contabilidade Técnica de Ceres
Ceres - GO
sceland@bol.com.br

Endereço de e-mails para esta seção: revistafenacon@fenacon.org.br

As mensagens somente serão publicadas com a devida identificação do leitor:

Nome, Endereço Completo e Telefone.

Por motivos de espaço, a redação se reserva o direito de publicar de modo resumido o conteúdo das cartas e e-mails dos leitores.



Pedro Coelho Neto

Contribuição Sindical: uma obrigação que gera direitos

Estamos iniciando a divulgação da Tabela da Contribuição Sindical de 2003, a ser recolhida até o último dia útil de janeiro, aplicável às empresas em geral. O recolhimento dessa contribuição passa, irremediavelmente, pelo crivo dos profissionais da contabilidade, responsáveis pelo processamento da documentação necessária ao cumprimento dessa e de outras obrigações legais dos contribuintes.

Orientar as empresas a cumprirem corretamente esse dever é o mínimo que se espera dos profissionais conscientes, que têm a importante missão de aplicar as leis, colaborando de forma inestimável para que as instituições arrecadem o suficiente para poderem, também, dar cumprimento às suas prerrogativas constitucionais. Para tanto, é importante sabermos qual a origem dessa obrigação e a que se destinam os recursos que as empresas recolhem a título de Contribuição Sindical.

A Contribuição Sindical das empresas está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho e foi recepcionada pela Constituição Federal. Tem a finalidade de fomentar a representação sindical empresarial, organizada na forma de Sindicatos, Federações e Confederações. Os recursos arrecadados têm a seguinte destinação: 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para a respectiva confederação e 20% para o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

“As entidades sindicais contribuem, não só para o equilíbrio social no âmbito das relações trabalhistas, como também para o aperfeiçoamento técnico-profissional dos empresários e a melhoria das suas relações com as instituições democráticas do País”

A aplicação dos recursos se dá das formas mais variadas. Prevaecem a prestação de serviços às empresas representadas (a cargo dos Sindicatos), e a representação perante as instituições públicas (pelas federações), mediante o respaldo político (confederação). Outra importante e intransferível missão é a da negociação com as classes laborais, o que se dá através de convenções coletivas ou dissídios.

Essa estrutura sindical empresarial tem sua razão de existir para assegurar o equilíbrio de forças com a estrutura sindical laboral, cuja contribuição também é obrigatória, sendo recolhida no mês de abril de cada ano.

Vale ressaltar que, num passado recente, quando o Estado interferia diretamente nas organizações sindicais, era

visível a disparidade entre sindicatos de empresas e sindicatos laborais. Estes últimos eram bem mais atuantes e representativos, defendendo com força expressiva os direitos dos seus filiados.

Hoje, a realidade é outra. As entidades sindicais representantes das empresas, sejam elas comerciais, industriais ou prestadoras de serviços, também descobriram o caminho correto para exercer o papel que lhes é

assegurado. Disponibilizando os mais variados serviços para seus associados e filiados, estão contribuindo não só para o equilíbrio social no âmbito das relações trabalhistas, como também, para o aperfeiçoamento técnico-profissional dos empresários e para a melhoria das suas relações com as instituições democráticas do País.

Falta, ainda, maior conscientização das empresas quanto à necessidade de prover as entidades sindicais dos meios financeiros necessários e suficientes para que possam exercer de forma plena as suas prerrogativas. Isto se daria: a) através de contribuições de associados; b) pelo recolhimento da Contribuição Sindical Anual, obrigatória, que ainda é a principal fonte de recursos para a sobrevivência do sistema sindical.

Cumprida a obrigação de recolher, adquire o contribuinte o direito de exigir do seu sindicato o cumprimento da parte que lhe cabe. É de fundamental importância o acompanhamento das ações do seu sindicato, bem como, sua participação ativa, a fim de que os recursos recolhidos sejam empregados com correção e competência. Enfim, quem contribui tem o direito (e até o dever!) de verificar se o ente sindical está, permanentemente, a serviço do segmento que representa.

Conclamamos, por isso, os profissionais da contabilidade a prestarem mais essa grande colaboração, orientando as empresas a recolherem corretamente a Contribuição Sindical para o sindicato a que estejam vinculadas, assegurando, assim, a continuidade dos serviços da sua entidade de classe patronal.

Finalmente, antecipando os nossos agradecimentos por mais esta inestimável colaboração, queremos desejar à laboriosa classe contabilista um Natal de muita paz e um Ano Bom de muito trabalho e merecida prosperidade.

Pedro Coelho Neto é presidente da Fenacon
pedrocoelho@fenacon.org.br

brasil político



PT articula Reforma Tributária e usa MP 66 como balão de ensaio

Atuando já como governo, o PT costura acordos e apoios, testa forças lutando pela aprovação da MP 66 e promete reforma tributária já nos primeiros seis meses de governo

Por Márcio Sampaio de Castro

Mudança. Esta é a palavra de ordem que motivou milhões de brasileiros a votarem em Luiz Inácio Lula da Silva para presidente, no último dia 27 de outubro. Mas até os mais otimistas sabem que as mudanças são sempre complicadas e difíceis de conduzir, ainda mais quando se trata de reformas como a tributária e a fiscal. Com certeza o maior desafio do novo governo desde antes da posse.

Para apimentar ainda mais a situação, o PT contará apenas com maioria simples no Congresso para aprovar suas reformas, o que deve dificultar qualquer proposta que passe por alterações constitucionais, que demandam dois terços dos votos para serem implementadas. Prevendo estas dificuldades, o principal articulador do partido, o deputado José Dirceu, reuniu-se ainda nos primeiros dias de novembro com o presidente do PMDB, Michel Temer, para acertar um acordo que prevê a presidência da Câmara para os petistas e a do Senado para os peemedebistas.

O próprio presidente eleito vem tendo, desde a confirmação de sua vitória, uma série de encontros, com lideranças de partidos aliados e de oposição. As primeiras reuniões foram com os governadores eleitos de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, e do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, ambos do PMDB.

Na reunião com Rigotto, Lula garantiu ter a Reforma Tributária, como prioridade, em seu primeiro ano de Governo (veja entrevista na página ao lado). No dia 1º de novembro, Lula se reuniu com partidos aliados do primeiro turno e os que declararam apoio no segundo. Foram ao todo 12 legendas, entre elas, PDT, PTB, PL, PC do

B, PPS e PSDC. Outra importante reunião foi com os 7 governadores eleitos do PSDB, no dia 25 de novembro, os quais prometeram colaborar com o futuro presidente.

Apesar da política de aproximação, o PT encontrou seu primeiro obstáculo, já no final de novembro. Com a intenção de testar forças junto a aliados e a adversários e de olho na necessidade de um superávit primário de 3,75% do PIB para o próximo ano, as lideranças petistas haviam começado a lutar pela aprovação da MP 66/02. Porém, com alterações em relação ao texto original que evitavam perda de receitas para 2003. Entre as mudanças, a prorrogação da alíquota de 27,5% do IRPF. Até o fechamento desta edição, a MP ainda não havia sido votada, por falta de consenso.

Contra-senso

Perguntado quanto a incoerência de se aprovar uma minirreforma agora e buscar uma maior nos primeiros seis meses de 2003, o deputado federal Ricardo Berzoini, um dos principais negociadores do PT em

relação ao tema, justifica a posição do partido. “Não há contra-senso aí porque a reforma não precisa ser feita de uma única vez, pois o que o atual governo fez por MP poderia ter feito por lei ordinária”, explica e acrescenta: “agora, isto (a edição da medida) foi feito por pressão da Receita. A MP 66 tem aspectos positivos e negativos. Eu mesmo cheguei a sugerir que

nós rejeitássemos toda a parte do PIS/PASEP e deixássemos para a reforma, mas ninguém quer assumir este suposto retrocesso”, completa Berzoini.



Ricardo Berzoini: “A reforma não precisa ser feita de uma única vez”

Foto: Reynaldo Loureiro Stavale (Agência Câmara)



Foto: Alex Salim

Arnaldo Faria de Sá: “A postura de nosso partido deverá ser de inicialmente apoiar o novo governo”

Segundo a percepção do deputado petista, a reforma não vai ser conduzida somente pelo governo, mas pela sociedade e por todos os partidos, que têm em suas bases elementos interessados na reforma tributária. “Se lembrarmos, a Comissão de Reforma Tributária tinha integrantes do PFL (relator Mussa Demes), do PMDB (Germano Rigotto - presidente), além de uma participação especial do Antônio Palocci (atual coordenador da equipe de transição do PT)”.

Jogo de xadrez

A análise de Berzoini não é equivocada a julgar pelo que afirma o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB). “A postura de nosso partido deverá ser de inicialmente apoiar o novo governo, afinal esta é uma expectativa de toda a nação, mas isto não impede que apresentemos pontos de vista divergentes”. Para Faria de Sá, uma mostra importante das esperadas mudanças será a troca do secretário da Receita Federal. “Deverá ser um indicativo de que algo possa realmente mudar, afinal o atual trabalhou o tempo todo como um arrecadador e não como um administrador público”, alfineta.

Mesmo com este apoio embalado pelo resultado das urnas, as lideranças do futuro governo já perceberam neste jogo de xadrez a diferença entre ser oposição e situação e já ensaiam o conhecido discurso de não se perder arrecadação, ainda mais quando pretendem aumentar o salário mínimo, manter o superávit e investir no social com os mesmos recursos de sempre. Para Ricardo Berzoini, caberá ao futuro presidente, ser o principal articulador junto aos mais diversos setores, dentro e fora do Congresso, para que as tão esperadas mudanças realmente ocorram.

'O presidente eleito já demonstrou a intenção de realizar uma reforma tributária ampla, sem pequenos remendos fiscais'

Os Estados terão um papel fundamental para o governo Lula na implementação da reforma tributária. O governador eleito do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, deverá se destacar como uma das vozes mais importante nas negociações políticas junto ao Congresso Nacional.

Rigotto tem em seu currículo três mandatos na Câmara Federal, figurando inclusive como líder do governo FHC, em 1995, com quem viria a romper após presidir os trabalhos da Comissão Especial de Reforma Tributária. Movimentações do Palácio do Planalto impediram que o projeto fosse a plenário.

Eleito em segundo turno, com mais de 3,1 milhões de votos (52,67%), Rigotto superou o candidato Tarso Genro (47,33%), em um tradicional reduto petista. Em meio aos diversos compromissos que precedem sua posse, o novo governador gaúcho concedeu entrevista exclusiva à Revista Fenacon em Serviços.



Foto: Bruno Stuckert

RFS: Qual deverá ser o papel dos governadores na implementação da reforma tributária?

Germano Rigotto: Os governadores terão o papel de articuladores entre as bancadas federais de seus Estados e o governo federal. Como governadores, precisaremos ter a consciência de que precisamos de alterações pontuais, de forma a simplificarmos a questão tributária do País e garantirmos uma ampliação da base contributiva nacional. Da mesma forma, precisamos ser interlocutores junto ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, que já demonstrou sua intenção de realizar uma reforma tributária ampla, sem pequenos remendos fiscais. Vamos apoiar o futuro presidente nesta decisão.

“A questão da dívida dos Estados e sua possível renegociação será algo periférico, já que possui um contorno político diferenciado”

RFS: Mas o ICMS não deverá ser fonte de impasse para este apoio dos governadores? E as dívidas dos Estados?

Germano Rigotto: No caso do ICMS, o projeto de Reforma Tributária que presidi na Comissão Especial da Câmara

dos Deputados, já tornará o trabalho bem mais prático, com uma alíquota que atenda a todos os Estados, e que determine o fim da guerra fiscal, em um prazo de transição de até quatro anos. A questão da dívida dos Estados e sua possível renegociação será algo periférico, já que possui um contorno político diferenciado em seu bojo. Ambos fazem parte dessa reflexão política, mas não podem ser utilizados como mercadoria de barganha com o governo federal.

RFS: Após as eleições, o senhor se encontrou com o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Com qual percepção o senhor saiu deste encontro?

DP Comp

Germano Rigotto: No meu encontro com o presidente eleito, ele colocou que o projeto que presidi, juntamente com o amigo Antônio Palocci Filho, será a base da reforma que estará buscando, já nos primeiros seis meses do governo. Tenho plena certeza de que o que está lá no Congresso, sem dúvida, é mais do que o embrião da futura reforma a ser consolidada no Brasil e que, infelizmente, não foi tocada para a frente pelo atual governo, o que denunciei por todo o País.

RFS: No seu Estado, o senhor se elegeu com uma proposta de oposição ao PT. Qual deverá ser a postura de seu partido nos próximos quatro anos?

Germano Rigotto: Já expressei minha opinião de que o PMDB deve apoiar o governo Lula na sua decisão de realizar reformas estruturais, colocar em andamento programas sociais que reduzam o impacto da fome e da miséria no País. Tudo isso, no entanto, sem qualquer participação em cargos do futuro governo, o que deixaria o partido em uma posição desconfortável de, mais uma vez, ter uma postura que, no mínimo, beira ao fisiologismo. Mas, o clamor popular é de que haja mudanças na administração federal e conseqüentes reflexos positivos nos Estados brasileiros.

Sucesso nas urnas

Além do deputado federal, Germano Rigotto, eleito governador do Rio Grande do Sul, outros nomes com histórico de aproximação com a Fenacon e apoio às suas demandas em favor da simplificação e modernização do sistema tributário brasileiro (ver matéria na edição 81), conseguiram vitórias nas últimas eleições. Foi o caso do deputado federal, Arnaldo Faria de Sá, que se reelegeu, com 86.483 votos. Seu partido, o PTB, terá, na próxima legislatura, uma bancada de 26 deputados.



Foto: Alex Salim

Pedro Eugênio: suplência, apesar da expressiva votação

Max Rosenmann confirmou ser uma das maiores lideranças do Paraná, obtendo a reeleição, como o segundo deputado mais votado do Estado, com 140.218 votos. Seu partido, o PMDB, compõe a terceira maior bancada da Câmara, com 74 deputados, atrás do PT e PFL.

O deputado federal Pedro Eugênio (PT/PE) recebeu, nas eleições de 6 de outubro, 43% de votos a mais do que na eleição anterior. Ficou entre os 25 candidatos mais votados do Estado. Porém, em virtude das coligações PT/PL/PC do B e da lei eleitoral, que prevê

o coeficiente partidário, o deputado teve que ceder sua vaga para outros candidatos com um número de votos inferior aos dele.

Restou a Pedro Eugênio a condição de primeiro suplente do partido em Pernambuco. Caso algum dos petistas eleitos à sua frente renuncie, ele poderá reassumir uma vaga na Câmara. Por ora, segundo sua assessoria, o deputado planeja retomar sua condição de professor de economia na Universidade Federal de Pernambuco.

Copan

CNC

Equipes do bem



Paulo Angelim

Eu sei que o tema que vou abordar é polêmico e, no mínimo, estranho. É difícil encontrarmos artigos que defendam a idéia de unir amor e vida corporativa. Pois saiba que fica muito mais fácil quando olhamos para a vida corporativa pela perspectiva humana e não pela perspectiva mercadológica, econômica ou administrativa. Fazendo assim, constataremos que não existe ferramenta administrativa mais poderosa para a boa e correta prática da liderança de pessoas do que o exercício do amor. Se existisse amor genuíno, verdadeiro e incondicional, boa parte dos problemas corporativos envolvendo gente seriam eliminados. Vou explicar melhor.

Em primeiro lugar, é necessário que entendamos um pouco de que tipo de amor estou falando. Refiro-me ao amor que tem por prazer o servir, que busca o bem e o crescimento do próximo, porque aquele que o pratica entende que, fazendo isso,



está buscando o próprio crescimento. Não pense que isso é fácil de ser achado dentro da lógica do mundo em que vivemos. A maioria das pessoas olha para o ambiente corporativo como uma oportunidade para, prioritariamente, crescer profissionalmente, esquecendo que antes disso deve buscar o crescimento como pessoa, como ser humano.

“O poder, os cargos e os sinais exteriores de riqueza cumprem o papel de mostrar aos outros que alguém está ‘evoluindo’.
Enquanto isso, virtudes como solidariedade, discernimento, compreensão e respeito vão sendo relegadas a segundo ou terceiro plano”

A ditadura do sucesso impõe aos mais superficiais e desavisados a necessidade de buscar um tipo de crescimento que fique perceptível aos outros, caso contrário, não serão qualificados de ‘bem sucedidos’. Nesta ótica, o poder, os cargos e os sinais exteriores de riqueza cumprem o papel de mostrar aos outros que alguém está ‘evoluindo’. Enquanto isso, o crescimento interior, a evolução e amadurecimento das virtudes mais nobres do homem, como a bondade, solidariedade, sabedoria, discernimento, mansidão, compreensão, respeito ... e amor, como a síntese de tudo isso e a mais sublime de todas as virtudes, vão sendo relegadas a segundo ou terceiro plano. É o velho problema do ‘ser para ter’ X o ‘ter para ser’. Defendo o primeiro, é claro.

Se compreendermos que a única evolução consistente e permanente é a interior, conseguiremos uma grande revolução nas relações interpessoais dentro das corporações. Se compreendermos que o serviço ao próximo, movido pelo amor sincero, nos permite dar largas passadas em nosso crescimento como gente, como seres humanos, priorizaremos o desenvolvimento desta virtude.

Quando amamos alguém verdadeiramente, nós nos comprometemos com o seu crescimento. Passamos a espelhar esta verdade em nossas atitudes cotidianas dentro da empresa e a cooperar uns com os outros em torno de objetivos comuns. Ao invés de disputarmos egos e posições, sabemos que, agindo movidos pelo amor, sempre estaremos beneficiando a nós mesmos.

John Maxwell deu uma belíssima instrução aos líderes quando afirmou, em um de seus livros: “Amar as pessoas é mais importante que liderá-las. Elas não se importam com o quanto você sabe até que saibam o quanto você se importa com elas”.

E vou lhe dar uma razão muito lógica e estou certo que é de seu interesse pensar melhor nesta questão. Todos nós buscamos ardentemente a realização pessoal. Pois saiba que ela chega quando nos sentimos úteis a alguém ou a um grupo. Ora, para se sentir útil e ser percebido como tal, você necessariamente precisará servir essas pessoas. E, se você amá-las, as servirá naturalmente, sem que isso seja percebido como um esforço nem como um sacrifício.

Ficou claro? A seqüência é simples: amar = servir ao próximo = sentir-se útil = REALIZAÇÃO PESSOAL. Você sabe disso! Você já deve ter sentido o prazer de poder ajudar alguém; e deve ter sentido que dinheiro nenhum pagaria a gratidão daquela pessoa pelo que você lhe fez incondicionalmente. Ora, qual a dificuldade de levarmos este princípio para dentro das empresas e revolucionarmos o ambiente corporativo, transformando-o em um lugar mais produtivo e prazeroso para se viver?

E lembre-se da recomendação de Jesus: ame ao próximo, da mesma forma que você se ama. Ou seja, só ama quem se ama. Então, AME-SE e assim ame seus colaboradores, chefes e colegas. Tenho certeza que você e eles irão sentir a diferença. A sua carreira profissional agradece.

Paulo Angelim é arquiteto, pós-graduado em marketing, palestrante especializado nas áreas de marketing, vendas e motivação pauloangelim@uol.com.br



Reforma Tributária, Novo Código Civil e Refis são destaques na imprensa

A Fenacon marcou presença em importantes veículos de comunicação, em novembro, posicionando-se sobre os principais temas em pauta. No dia 12, o Jornal Diário de São Paulo publicou artigo do presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, no caderno 'Opinião'.

Pedro Coelho analisou a necessidade de o próximo governo priorizar as discussões sobre a Reforma Tributária, como fator imprescindível para a sobrevivência e desenvolvimento do setor produtivo brasileiro, principalmente no âmbito das micro e pequenas empresas.

No dia 13, o diretor de Tecnologia e Negócios, Nivaldo Cleto, abordou algumas das principais mudanças trazidas pelo Novo Código Civil, em entrevista ao Jornal Gazeta Mercantil, de Brasília - Caderno Centro-Oeste. O NCC passa a vigorar a partir de 11 de janeiro de 2003.

As sociedades estrangeiras, comentou o diretor, passam a ter que publicar seus balanços. Cleto alertou para o prazo de 12 de janeiro de 2004 para que as empresas registrem nas juntas comerciais as adaptações da nova lei nos contratos sociais.

No caso das sociedades por ações, Nivaldo Cleto citou alterações, como a ampliação de 8 para 15 dias no prazo de convocação de assembléia dos acionistas e para o maior poder de fiscalização dado à CVM. "Estas medidas ampliam a proteção aos acionistas e ao mercado de capitais brasileiro", ressaltou Cleto, na matéria.

Refis

Em entrevista à Rádio Imprensa, de São Paulo, no dia 1º de novembro, o diretor de Assuntos Legislativos e do Trabalho da Federação, Sauro Henrique de Almeida,



Novo Código Civil ganha destaque no jornal Gazeta Mercantil

falou ao apresentador Luís Tenório de Lima, no programa de temática sindical 'Bom Dia Companheiro'.

Sauro Almeida comentou sobre a instituição do Refis, vista, à época, como alento para as empresas em dificuldades fiscais e tributárias, com a Receita Federal e INSS. Porém, criticou as dificuldades impostas pelo governo ao longo do tempo, que já foram responsáveis por excluir 70% das empresas optantes pelo sistema de refinanciamento.

Tron

Vale a pena o esforço

Por desconhecimento ou falta de interesse, os fundos de apoio à criança e ao adolescente deixam de receber por ano mais de R\$ 260 milhões. Valores que poderiam estar contribuindo para amenizar os efeitos da pobreza e levar dignidade a muitos jovens brasileiros

Por Márcio Sampaio de Castro



Bairro Pedreira. Extrema periferia da cidade de São Paulo. Casas de alvenaria com tijolo aparente se amontoam em vielas, ruas e avenidas, onde mal passam dois veículos ao mesmo tempo. Nestas ruas, a simplicidade de alguns se confunde com a extrema pobreza de outros. Um quadro igual ao de tantas outras periferias das grandes cidades brasileiras, a exceção de um detalhe: no coração do bairro, um complexo de 23.000 m² abriga uma escola modelo, com instalações equiparáveis aos bons colégios particulares de classe média.

Ali, as crianças e adolescentes do bairro podem sonhar com um futuro melhor, ocupando um espaço digno, idealizado, montado e patrocinado por um grupo de profissionais liberais e professores universitários, que já há mais de vinte anos percebiam a necessidade da solidariedade e da responsabilidade social como forma de resgate da cidadania de milhões de brasileiros.

O Centro Educacional Pedreira, projeto iniciado em 1980, é um núcleo de excelência na região, que forma jovens de 13 a 18 anos em especialidades como eletrônica, computação e administração. Os pais da vizinhança chegam a fazer fila para inscrever seus filhos no 'vestibulinho', que serve como processo seletivo para as quatrocentas vagas que a entidade disponibiliza para a comunidade. A única coisa que os dirigentes do Centro cobram dos alunos é uma taxa simbólica de R\$ 20.

"A educação é o único modo ético de uma pessoa conseguir ascensão social e econômica. Nosso aluno custa um salário mínimo por mês, enquanto um interno da Febem (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor - entidade

pública que cuida de menores infratores) custa cerca de R\$ 2 mil. É muito mais fácil prevenir do que corrigir", analisa o diretor da instituição, Álvaro Bento.

Poucas doações

Mas o Centro Educacional sofre de um problema crônico. Apesar de contar com a colaboração fornecida pelo grupo de interessados, a escola necessita de um apoio financeiro mais expressivo para levar adiante seus projetos, uma ajuda que poderia vir de setores da sociedade como o empresariado.

De acordo com dados da Receita Federal, em 2001, as empresas brasileiras poderiam ter doado em torno de R\$ 271 milhões para obras sociais. Mas, ao fechar o exercício daquele ano, os valores apurados não chegaram a R\$ 3 milhões. Cerca de 1%. Por que? Simplesmente porque muitos empresários e profissionais da área contábil ignoram a existência de leis de incentivos fiscais como os previstos no ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), que se encontra em vigor

há mais de dez anos.

O Estatuto prevê que uma empresa pode abater até 1% dos valores destinados ao Imposto de Renda, redirecionando-os aos Funcads - Fundos Municipais, Estaduais e Federal da Criança e do Adolescente.

Estes fundos foram instituídos pelo Estatuto e são uma forma da sociedade civil participar e colaborar com o poder público para diminuir o abismo que separa grande parte da população de condições mínimas de vida, com creches para famílias de baixa renda, programas de alimentação ou escolas profissionalizantes, como o Centro Educacional Pedreira. Ocorre que muitas cidades brasileiras, por falta de pressão da sociedade, sequer chegaram a montar um Funcad, o que acaba se tornando mais um gargalo no caminho dos recursos até as populações carentes.



Foto: Raffaele Squeglia

Antonio Carlos de Almeida:
"cidades onde estes conselhos funcionam bem são aquelas onde há empresários participando e trocando experiências com os administradores públicos e líderes comunitários"



Foto: Alex Salim



Pedro Fabri: "É preferível que os recursos fiquem na minha cidade, onde eu possa acompanhar o seu emprego, do que ir para Brasília"

Agindo

Atentos a esta incômoda realidade e acompanhando o surpreendente mas positivo movimento de incremento da responsabilidade social nas empresas e na população mais favorecida em geral, o CRC - Conselho Regional de Contabilidade - paulista, a Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - e outras entidades de peso montaram a campanha 'Uma Ação que Vale Um Milhão', que também conta com o apoio da Fenacon.

Lançada no último mês de outubro, a campanha tem por objetivo esclarecer e informar aos associados destas entidades as possibilidades que a legislação oferece para o redirecionamento de valores que normalmente vão para o governo federal e acabam se confundindo com o bolo tributário. "É preferível que os recursos fiquem na minha cidade, onde eu possa acompanhar o seu emprego, do que ir para Brasília. A gente fica sem saber se o dinheiro volta, como volta e quando volta", observa o presidente do CRC-SP, Pedro Ernesto Fabri.

Conselhos Municipais

A sistemática prevista para estas doações é relativamente simples. O valor da contribuição deve ser depositado em uma conta-corrente em favor do Funcad municipal. Os Funcads são dirigidos por autoridades e Conselhos Municipais designados pelas prefeituras, mas qualquer pessoa, física ou jurídica, pode fazer parte do corpo de administração dos recursos, indicando as entidades, previamente cadastradas e aprovadas, que poderão receber valores a elas destinados. Além disso, cabe ao Ministério Público acompanhar a adequada destinação do dinheiro arrecadado.

"Cidades onde estes Conselhos funcionam bem são aquelas onde invariavelmente há empresários participando e trocando experiências com os administradores públicos e líderes comunitários", afirma Antonio Carlos de Almeida, gerente de Recursos Humanos da Aché Laboratórios, uma grande indústria de produtos farmacêuticos localizada na cidade de Guarulhos e que vem

fazendo uso das deduções do IR em favor da criança e do adolescente.

Almeida lembra que, em 1998, a Aché chegou a depositar R\$ 100 mil na conta do Funcad do município. Mas o dinheiro ficou um ano parado na conta aberta pela prefeitura porque ninguém sabia muito bem o que fazer com ele. "Após diversas pressões, que chegaram até a possibilidade de cassação do prefeito, conseguimos dar uma destinação útil para a doação", diz. Atualmente, Guarulhos é um dos municípios brasileiros onde as dotações do Funcad são acompanhadas de perto por todos os interessados. Mas o município paulista é uma exceção que confirma a regra. Ainda há muito o que se caminhar.

Dignidade

Uma caminhada que talvez vá ao encontro das aspirações dos idealizadores do Centro Educacional Pedreira que, diga-se de passagem, não recebe recursos do Funcad e é uma prova de que quando se quer é possível fazer algo pelas populações desassistidas.

Localizado no coração de uma região carente, o centro educacional, ou simplesmente a 'Pedreira', se converteu em uma referência positiva para os moradores, que vêem nele uma possibilidade de futuro e de vida digna para seus filhos.

"Nós estamos conseguindo mostrar para as pessoas que a dignidade não depende de classe social; é um direito do ser humano", afirma o diretor



Fotos: Alex Salim



Instalações do Centro Educacional Pedreira, escola profissionalizante modelo para adolescentes, gratuita, situada em um dos bairros com os piores indicadores sociais da cidade de São Paulo. O centro possui 400 alunos e presta 2.100 consultas médicas e odontológicas/ano. O 'vestibulinho' chega a receber 1.850 candidatos



Cartonagem Fernandez



incentivos fiscais

Álvaro Bento. “A idéia é a de um trabalho paulatino, social. É como se cada garoto fosse uma velinha e hoje, após todo esse tempo de trabalho, nós já temos 4.500 velinhas iluminando a região”, completa. Sem dúvida um trabalho de fôlego para quem não recebe doações governamentais.

A propósito, o período para doações ao Fundad se encerra no próximo dia 31 de dezembro. Provavelmente este ano trará números tão pífios como os do ano passado, mas, quem sabe 2003 não represente o início de um período de maior conscientização e colaboração da sociedade? O futuro do Brasil agradece.

Como contribuir para os fundos municipais da criança e do adolescente

O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), posteriormente regulamentado pelo Decreto 794/93, estabelece 1% sobre o lucro como limite máximo de dedução do Imposto de Renda devido nas apurações mensal, trimestral ou anual das pessoas jurídicas e 6% das pessoas físicas para contribuições aos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente.

Os valores das contribuições devem ser deduzidos diretamente do imposto devido, não podendo ser lançados como despesa operacional, no caso das pessoas jurídicas. A doação deverá ser lançada como despesa em conta de resultado, devendo ser

adicionado ao lucro líquido na parte “A” do Livro de Apuração do Lucro Real.

Como de praxe, após a escrituração, os documentos referentes a doação deverão ser arquivados para efeito de fiscalização. No caso de escrituração para pessoas físicas, a dedução deverá aparecer na Declaração de Ajuste Anual.

Para ambas as situações, a doação deverá ser feita em forma de depósito em conta-corrente dos Fundos Municipais. Mesmo com a automática emissão do recibo bancário, os Conselhos Municipais, administradores dos fundos, deverão providenciar comprovantes de doação, onde

constem o CNPJ ou CPF, endereço do emitente, nome completo, data e valor da contribuição.

Além disso, os Conselhos deverão manter controle das doações recebidas e emitir para a Secretaria da Receita Federal relação anual onde constem os dados dos doadores e os respectivos valores oferecidos. Na ausência dos Conselhos Municipais, os doadores poderão procurar os Conselhos Estaduais ou o Federal, que também foram instituídos por ocasião da sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fonte: CRC-SP

Alterdata

Federal Malotes

Presidente da Fenacon fala sobre liderança a representantes sindicais, em Brasília

A convite do CFC, o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, esteve em Brasília, no dia 23 de outubro, para proferir palestra sobre o 'Papel do líder classista', como parte do I Fórum Nacional de Entidades Sindicais da Área Contábil. O evento compõe projeto de integração que o CFC pretende promover entre todas as entidades de representação da contabilidade, com o objetivo de unir e fortalecer a classe contábil.

"Queremos deixar de discutir as questões do sistema somente entre os conselhos federal e regionais e começar a atuar em conjunto com todo o sistema, incluindo a Fenacon e seus 34 sindicatos filiados e todas as entidades contábeis do País", afirmou o presidente do CFC, Alcedino Gomes Barbosa.

Falar sobre líder para dezenas de lideranças não parece tarefa fácil. Entretanto, Pedro Coelho conquistou a atenção de todos, logo no início da palestra, ao afirmar que não estava ali para ensinar

líderes a serem líderes, mas sim para convidá-los a uma reflexão sobre o verdadeiro papel do líder classista.

Segundo Pedro Coelho, a função básica e mais importante do líder é saber decifrar as necessidades dos liderados e motivá-los a transformá-las em realidade. Mas, para desempenhar tal função, é necessário ir mais adiante. "O líder sindical precisa abdicar em favor dos representados, abrir mão de seu tempo e se envolver profundamente com as questões de interesse dos liderados. Este é o papel do líder. Se não há o cumprimento deste papel, então, não existe liderança legítima", destacou.

Grande alma

Além do envolvimento pessoal e espontâneo, é fundamental que o líder presente, ainda, determinadas características que o tornem qualificado para cumprir, de fato, o seu papel. Representatividade efetiva, legitimidade do cargo,

ano, que instituiu o Serviço Interativo de Atendimento Virtual - Receita 222, com o objetivo de proporcionar atendimento aos contribuintes por meio da Internet. O evento promovido pelo Sescon/SP teve a presença de 330 pessoas.

** As apresentações, com esclarecimentos sobre o mecanismo da certificação digital e do novo serviço disponibilizado pela Receita Federal também podem ser obtidos, através do site do Sescon/SP (www.sescon.org.br)*



Acima, auditório do CFC lotado para o I Fórum Nacional de Entidades Sindicais da Área Contábil. Ao lado, Pedro Coelho durante a apresentação sobre o 'Papel do líder classista'

Fotos: Lillian Vanessa de Oliveira

identidade com a classe, capacidade para negociação e articulação, sintonia com o universo político-econômico, probidade e senso de responsabilidade, foram alguns dos requisitos citados.

Pedro Coelho finalizou a palestra lembrando a trajetória de Mahatma Gandhi, considerado pelo presidente um dos maiores exemplos de liderança de toda a história da humanidade. Mahatma - que significa grande alma - Gandhi liderou mais de 250 milhões de hindus para a independência política da Índia.

Fraude e corrupção

As fraudes ocorridas em grandes empresas americanas tornaram-se um dos principais temas debatidos no mundo corporativo. Para discutir seus reflexos para a sociedade e os mercados, o CFC promoveu, nos dias 23 e 24 de outubro, o Fórum Internacional sobre Fraude e Corrupção, em sua sede, em Brasília. O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, juntamente com os diretores Sauro Henrique de Almeida, Antônio Marangon, José Rosivaldo Rios, Nivaldo Cleto, Horizon Donizett Almeida e Antônio Gutenberg Anchieta, acompanharam os debates.

HC Donin

Prosoft



Foto: Alex Salim

Por Nivaldo Cleto

Antecipando o futuro

Empresas apresentam as tecnologias que estarão mudando nosso cotidiano nos próximos anos, durante a COMDEX Fall, maior evento de informática do mundo, ocorrido de 18 a 22 de novembro, em Las Vegas-EUA

Mais uma vez, tive a oportunidade de visitar a maior exposição de tecnologia do mundo, a COMDEX Fall 2002, na cidade de Las Vegas, Estado de Nevada - EUA. No ano passado cancelei minha viagem por causa do terror de 11 de setembro e, neste ano, à primeira vista, notei um público bem menor que em 2000 e menos expositores, cerca de 30% a menos que em 2001.

Na entrada do Pavilhão Central do Las Vegas Convention Center, a primeira novidade foi o acesso à web por sistemas wireless (sem fio), enquanto que em 2000 achei muito interessante o batalhão de PCs destinados aos congressistas para consulta de emails, patrocinados pela Novell.

Desta vez, disponibilizaram ilhas de Wireless Connecting Point Locations. Além de diversos laptops disponíveis, os congressistas podiam levar os seus PDAs ou notebooks e configurá-los na hora com uma placa interna ou externa de acesso sem fio, obtendo, assim, conexão em tempo integral à web.

Mas, o que me chamou mais a atenção foram os tablets PCs. Guardem bem este nome, pois estamos na era dos tablets. Trata-se de um laptop mais leve, que se transforma em prancheta, com tela de cristal líquido (LCD). Com uma caneta de plástico, do tipo das PDAS (Palms), podemos escrever, desenhar, ler emails, gravar e escutar sons, editar planilhas eletrônicas, enfim, fazer tudo que já é possível com o PC normal, só que numa prancheta.

Notas virtuais

Numa reunião com clientes ou de diretoria, aquelas anotações que fazemos numa folha já podem ser transformadas em texto para o Word e repassadas imediatamente aos interessados. Uma tarefa a menos para nossas assistentes.

Outros exemplos: o professor numa sala de aula ou um palestrante descrevendo uma fórmula no tablet e imediatamente aparecendo tudo em um 'telão'. Ou médicos nos hospitais tendo debaixo do braço todos os prontuários dos pacientes, que serão atendidos com atualização em tempo real. É ou não é uma revolução?

Mas, como acontece com toda novidade tecnológica, só os preços é que ainda não são atrativos nem para o público americano. Na loja da COMP USA, na Sakhara Ave, um Tablet Toshiba está custando cerca de US\$2,5 mil, com 40 GB de HD, memória RAM de 512 MB, placa Ethernet 10/100 Wireless - Mobile e processador Intel Pentium III de 1,33 GHz.

Acesso remoto

No segundo dia da COMDEX, peguei meu laptop, mais a placa PCMCIA de acesso a redes sem fio, e fui comprovar se os Wireless Connecting Point Locations estavam realmente funcionando. Logo na entrada, havia algumas ilhas com instruções de configuração da placa, com a presença de colaboradores da Symbol Technologies, empresa que patrocinou a

área de conexão com a Internet com e sem fio. Mexe daqui, mexe dali e pronto. Vibrei!!! Lá estava eu conectado com meu laptop na rede Wireless da Symbol.

Aproveitei para responder alguns emails e conversar, via MSN Messenger, com o diretor Administrativo da Fenacon, Roberto Wuthstrack, num chat, colocando alguns assuntos em dia para a reunião de diretoria da entidade que aconteceu em Manaus, dia 26 de novembro, à época do IV Enescap Centro-Oeste/Norte (ver matéria na próxima edição). O curioso é que vários congressistas trouxeram seus laptops e PDAs para acessar a web e todos colaboravam entre si para a configuração dos equipamentos.

De graça

Neste segundo dia, fiz ainda uma vídeo conferência com meus filhos em São Paulo, através do NetMeeting, com câmera e microfone. Falando nisso, quando você tiver um amigo ou parente no exterior e quiser se comunicar sem o pagamento de pulsos telefônicos, basta que ambos façam uma inscrição no Hotmail, no site www.msn.com.br, usando um microfone e uma câmera - caso também queiram imagem.

Feito isto, atualizando o browser para utilizar o NetMeeting, nós conseguimos falar em tempo real com qualquer pessoa no planeta, através da web, sem pagar ligação internacional. Não se parece com uma ligação telefônica normal, mas só o fato de você poder falar quanto tempo quiser já vale a pena os bugs de comunicação.

Cenofisco

Cada vez mais presente nas empresas brasileiras, os sistemas de videoconferência e teleconferência também estiveram em destaque na feira. A Sony lançou um aparelho para videoconferência (Sony Videoconferencing) e a Fujitsu apresentou o aplicativo iSeeWeb (www.iseeweb.com).

Celulares

Outra sensação, foram os telefones celulares de terceira geração. A Nokia e a Samsung foram os fabricantes que ocuparam mais espaço na feira, apresentando uma série de novidades. Os novos aparelhos já vêm com câmeras embutidas, sendo possível mandar email com imagem e voz. Outros modelos agregaram os utilitários das PDAs (agendas de mão tipo Palm e Pocked PC).

Já os estandes da HP e da Ricoh mostraram o que há de mais moderno em termos de impressoras multifuncionais. A qualidade de impressão laser colorida melhorou sensivelmente, concomitantemente com a redução de preços para o varejo. As máquinas para as pequenas empresas já vêm com impressora, escaner, central de fax e copiadora, tudo integrado num só equipamento.

Em matéria de handhelds, a Palm está lançando o Palm Tungsten - PDA Corporativo ([visitem o site www.palm.com](http://www.palm.com)), que promete deixar os PDAs mais populares dos planeta compatíveis com os da HP, Sony e Toshiba. Também já surgem diversas soluções para restaurantes, com sistemas integrados PDAs, em redes sem fio, conectados diretamente entre os garçons e as cozinhas para atender o freguês em tempo recorde.

Preços salgados

Mais uma vez comprovei de perto que a crise, o medo do terrorismo e da guerra iminente atingiram em cheio o povo norte-americano. Grandes fabricantes não estavam expondo na feira e durante a noite andei pelos magníficos hotéis cassinos, que são verdadeiros parques temáticos, onde haviam pouquíssimas pessoas nas lojas e nos jogos, comparando com a multidão que estava presente na feira de 2000.

Minha grande tristeza foi comprovar o quanto nossa moeda está desvalorizada em relação ao Dollar. Na hora de pagar um Big

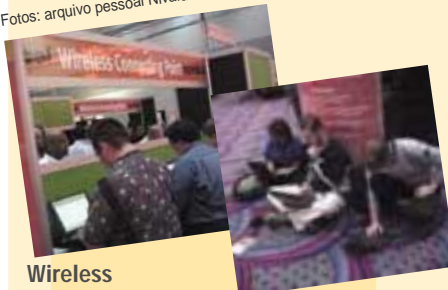
Mac, o número um do Mc Donald's, mundialmente conhecido, desembolsei a bagatela equivalente a R\$ 15 (preço no Brasil R\$ 6) e o copo de Coca-Cola a quantia de R\$ 7.

Na próxima edição da RFS falarei sobre outras novidades expostas na feira, como os novos Smarts Displays, que são

pranchetas móveis de cristal líquido, acopladas a uma CPU, através do sistema wireless.

Nivaldo Cleto é empresário contábil e diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon ncleto@uol.com.br

Fotos: arquivo pessoal Nivaldo Cleto



Wireless Connecting Point: à esq., congressistas puderam configurar seus PDAs ou notebooks para conexão, sem fio, em tempo integral, à web. À dir., pessoas acessando à web de seus PCs portáteis



Nas fotos acima, demonstrações de uma das sensações da COMDEX Fall 2002 - os Tablets PCs: o

equipamento, que começa a chegar ao mercado, é uma espécie de laptop, só que mais leve. Seu principal diferencial é a possibilidade de escrever, desenhar, editar planilhas eletrônicas etc, com uma caneta de plástico, como se fosse uma espécie de 'caderno de anotações'

Memory Card USB, até 128 Mb, para laptops, em forma de chaveiro



Na feira, a Iomega comprova ser a melhor empresa fabricante de hard disks móveis para backups. A empresa já fabrica HDs externos de 80 GB, mas com preços ainda salgados. Na foto acima, à esq., o HD 30 Gb Portátil (preço sugerido no local US\$250). À dir., o HD Externo 80 Gb (preço sugerido US\$ 250)



Celulares que até falam: Modelo V 205 da Samsung, com câmera integrada - GMS

Modelo I 330 da Samsung - agenda e aplicativos PDA integrados ao celular

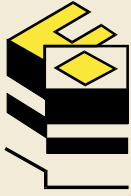


Multifuncionais: modelo de impressora HP Laserjet 4200/4300. Na COMDEX, foram apresentadas novas máquinas voltadas para o segmento das pequenas empresas, com impressora, escaner, central de fax e copiadora, tudo integrado num só equipamento



Sem sair do lugar: Cada vez mais presentes nas empresas brasileiras, os sistemas de videoconferência e teleconferência também estiveram em destaque na feira. A Sony (foto à esq.) foi uma das empresas que lançaram aparelho para videoconferência (Sony Videoconferencing). A Fujitsu (foto à dir.) apresentou o aplicativo iSeeWeb (www.iseeweb.com)

Categorias econômicas representadas pelos sindicatos filiados à Fenacon



Os Sindicatos, devidamente congregados pela Fenacon, representam os segmentos econômicos abaixo discriminados, integrantes do Ordenamento Sindical do Grupo Terceiro, da Confederação Nacional do Comércio na forma de CLT e do Parágrafo IV do artigo oitavo da Constituição Federal (exceto se houver sindicato de representação específica). Assim, as empresas que devem recolher Contribuição Sindical e Confederativa aos Sindicatos Filiados são:

I - Empresas e escritórios de serviços contábeis e fiscais

(organizados ou não sob forma de pessoa jurídica)

01. Empresas de Contabilidade
02. Escritórios Fisco-Contábeis Autônomos
03. Empresas de Auditoria
04. Escritórios de Auditoria Autônomos
05. Empresas de Assessoria e Consultoria Contábil
06. Escritórios de Assessoria e Consultoria Contábil Autônomos
07. Empresas de Assessoramento Contábil
08. Empresas de Perícias Contábeis
09. Empresas de Informações Contábeis
10. Empresas de Pesquisas Contábeis

II - Empresas e escritórios de assessoria e assistência

11. Assessoria de importação e exportação e aduaneira
12. Assessoria de marketing e merchandising
13. Assessoria e assistência gerencial, econômica, financeira e fiscal
14. Assessoria e planejamento fiscal e contábil
15. Assessoria na área de crédito
16. Assessoria e assistência técnica rural
17. Assessoria da previdência privada
18. Assistência automobilística
19. Assistência e orientação a cooperativas habitacionais e agropecuárias
20. Assistência e projetos de cozinhas
21. Assistência e projetos agropecuários
22. Assistência e projetos de urbanização
23. Assistência e projetos de viabilidade técnica-econômica
24. Assistência e projetos de topografia, aerolevantamento e aerofotografia
25. Assistência e projetos de reflorestamento
26. Assistência e projetos de prospecção geofísica
27. Assistência e projetos na área de telecomunicações
28. Assistência e projetos urbanísticos e estudos ambientais
29. Assistência técnica de aparelhos e equipamentos
30. Assistência empresarial e gerencial

III - Empresas e escritórios de perícias e avaliações

31. Avaliações de empresas

32. Avaliações patrimoniais
33. Engenharia de avaliações
34. Avaliações e regularização de avarias marítimas
35. Perícias judiciais, trabalhistas e contábeis
36. Controle patrimonial

IV - Empresas e escritórios de consultoria

37. Consultoria empresarial
38. Consultoria na área de informática
39. Consultoria técnica e imobiliária
40. Consultoria financeira, econômica e fiscal

V - Sociedade de advogados

VI - Empresas e escritórios de administração

41. Administração de crédito
42. Administração de convênios
43. Administração de vale-transporte
44. Administração de vale-refeições (através de tíquete)
45. Administração empresarial
46. Administração de cartão de crédito
47. Administração de transporte e serviços portuários
48. Administração de clubes
49. Administração de recursos públicos
50. Administração de estradas e rodovias com cobrança de pedágio

VII - Empresas e escritórios de organização e coordenação

51. Organização de eventos
52. Exposições e feiras
53. Organização e promoção de venda de cartões de instituições e clubes
54. Organização e promoção de vendas de contratos de assistência técnica
55. Promoção de vendas e mala-direta
56. Organização e promoção de congressos e eventos

VIII - Empresas e escritórios de serviços

57. Serviços de cópias e fotocópias
58. Serviços de documentação e microfilmagem
59. Serviços de urbanismo, ajardinamento e ornamentos
60. Serviços de consertos em geral
61. Serviços de cobrança extrajudicial

62. Recursos humanos, seleção, recrutamento, treinamento e desenvolvimento
63. Agências de serviços terceirizados pela EBCT
64. Aerofotografia
65. Aerolevantamento

IX - Associações, clubes, entidades cooperativas

66. Clubes de proteção ao crédito
67. Clubes de diretores lojistas
68. Associações comerciais, industriais e de serviços
69. Associações de criadores rurais e de ruralistas
70. Câmaras de indústria, comércio e serviços
71. Sociedades civis e militares
72. Clubes de serviços
73. Centrais de abastecimento
74. Centrais de produtores rurais
75. Companhias de desenvolvimento
76. Bolsa de valores e mercadorias
77. Cooperativas de serviços e trabalho profissional (exceto serviços médicos e odontológicos)
78. Cooperativas habitacionais
79. Partidos políticos
80. Serviços de apoio a empresas

X - Agências de informações e pesquisas

81. Agências de Informações e pesquisas
82. Agências de colocação de fretes (centrais de fretes)
83. Agências de colocação de mão-de-obra (inclusive temporária)
84. Agências de marcas e patentes
85. Agências de recursos humanos

XI - Holdings societárias e fundos mútuos

86. Participações societárias
87. Administração patrimonial (exceto bens imóveis)
88. Administração de ações e quotas
89. Administração de bens e negócios
90. Administração de fundos mútuos e de previdência privada

* De acordo com o ordenamento do Sistema Confederativo de Representação Sindical da Confederação Nacional do Comércio - CNC, grupo terceiro

Embasamento legal da contribuição sindical

MISSÃO INSTITUCIONAL DOS SINDICATOS

Aos sindicatos, conforme previsto na Constituição Federal (artigo 8º), cabe a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria representada, inclusive em questões judiciais e administrativas, sendo obrigatória sua participação nas negociações coletivas de trabalho.

CUSTEIO DAS ATIVIDADES SINDICAIS - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (Art. 578 CLT)

Assim, para custear suas atividades, entre outras fontes, está prevista a Contribuição Sindical (antigo imposto sindical), disciplinada pelo artigo 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

DATA-LIMITE PARA O RECOLHIMENTO

No exercício de 2003, o recolhimento da contribuição sindical patronal, devida aos sindicatos pelos empregadores sediados em suas respectivas bases territoriais de representação, deverá ser efetuado até o dia 31 de janeiro de 2003, ou no dia útil imediatamente anterior se feriado regional.

FORMA DE RECOLHIMENTO

Tal recolhimento deverá ser realizado através de Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical – GRCS, junto à Caixa Econômica Federal.

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO

O cálculo da contribuição sindical dos empregadores deve observar a tabela abaixo, editada pela Confederação Nacional do Comércio em conformidade com o artigo 21 da Lei 8.178, de 1º de março de 1991, artigo 2º da Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991 e Resolução CNC-SICOMÉRCIO n.º 011/97:

VALOR BASE: R\$ 130,98					
Linha	Classe de Capital Social (em R\$)		Aliquota(%)	Parcela a adicionar (R\$)	
01	de 0,01	a	9.823,50	Contr. Mínima	78,59
02	de 9.823,51	a	19.647,00	0,8%	-
03	de 19.647,01	a	196.470,00	0,2%	117,88
04	de 196.470,01	a	19.647.000,00	0,1%	314,35
05	de 19.647.000,01	a	104.784.000,00	0,02%	16.031,95
06	de 104.784.000,01		em diante	Contr. Máxima	36.988,75

Mastermaq

NOTAS:

- 1 - As firmas ou empresas e as entidades ou instituições cujo capital social seja igual ou inferior a R\$ 9.823,50, estão obrigadas ao recolhimento da Contribuição Sindical mínima de R\$ 78,59, de acordo com o disposto no § 3º do art. 580 da CLT (alterado pela Lei n.º 7.047 de 01 de dezembro de 1982);
- 2 - As firmas ou empresas com capital social superior a R\$ 104.784.000,01, recolherão a Contribuição Sindical máxima de R\$ 36.988,75, na forma do disposto no § 3º do art. 580 da CLT (alterado pela Lei n.º 7.047 de 01 de dezembro de 1982);
- 3 - Base de cálculo conforme art. 21 da Lei n.º 8.178, de 01 de março de 1991 e atualizado pela mesma variação da UFIR, de acordo com o art. 2º da Lei n.º 8.383, de 30 de dezembro de 1991, observada a Resolução CNC/SICOMÉRCIO N.º 015/2002;

CUIDADOS NO PREENCHIMENTO

É indispensável o preenchimento correto da GRCS, especialmente do campo 07 – CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL, motivo pelo qual divulgamos os códigos sindicais que devem ser utilizados para cada sindicato.

MORA / PENALIDADES

Durante o primeiro mês de atraso no recolhimento da contribuição sindical patronal incidirá multa correspondente a 10% (dez por cento) de seu valor e, a partir do segundo mês de atraso, será acrescida sucessivamente de 2% (dois por cento) ao mês ou fração.

Em caso de mora, são ainda devidos juros, à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, e correção monetária calculada de acordo com os coeficientes aplicáveis a débitos para com a Fazenda Nacional (artigo 600 da CLT). Além dos acréscimos decorrentes da mora, sujeita-se o inadimplente à imputação de multa pela Delegacia Regional do Trabalho, da ordem de 7,5657 até 7.565,6932 UFIR, segundo dispõe o artigo 598 da CLT e Portaria n.º 148, de 25 de janeiro de 1996, do Ministro de Estado do Trabalho.

CÓDIGOS DA ENTIDADE SINDICAL

Cada Sindicato Filiado tem seu código sindical. As guias entregues pelo seu Sindicato já vêm previamente preenchidas com o respectivo código. Caso sua empresa contábil não tenha recebido as guias, você poderá fazê-lo respeitando os seguintes códigos de área, conforme quadro na página seguinte.

CATEGORIAS REPRESENTADAS PELOS SINDICATOS FILIADOS

A relação apresentada na página 20 resume basicamente a representatividade dos Sindicatos.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Demais informações e esclarecimentos podem ser obtidos diretamente no Sindicato (relação na página 2) com base territorial abrangente da localidade em que sediado o contribuinte, cuja orientação prevalece no cumprimento da contribuição sindical mencionada.

Códigos de área dos sindicatos filiados

REGIÃO SUDESTE		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
ES	22.01.93	002.365.04904-9
MG	20.12.90	002.365.04937-5
RJ	16.02.87	002.365.86767-1
SP	12.01.49	002.365.86257-2
SUL FLUM.	18.12.92	002.365.05022-5

REGIÃO SUL		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
APUCARANA	05.09.00	002.365.00000-7
BLUMENAU	05.09.97	003.365.89502-0
CAXIAS DO SUL	11.08.93	002.365.87490-2
Gde. Flor.	20.12.88	002.365.88511-4
LONDRINA	28.07.91	002.365.90169-1
PONTA GROSSA	02.09.94	002.365.00000-7
PARANÁ	09.09.88	002.365.88248-4
SC	15.09.84	002.365.02808-4

REGIÃO CENTRO OESTE / NORTE		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
DF	12.01.87	002.365.04303-2

AM	13.06.01	002.365.00000-7
AP	23.05.01	002.365.00000-7
GO	01.12.92	002.365.05474-3
MS	16.06.87	002.365.87924-6
MT	03.04.91	002.365.86025-1
PA	26.11.94	002.365.90145-4
RO	08.12.93	002.365.00000-7
RR	30.04.93	002.365.04959-6
TO	27.09.96	002.365.00000-7
AC	19.11.01	002.365.00000-7

REGIÃO NORDESTE		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
AL	12.03.97	002.365.89638-8
BA	07.12.94	002.365.00000-7
CE	12.12.88	002.365.88157-7
MA	13.08.97	002.365.90023-7
PB	22.06.94	002.365.90755-0
PE	08.02.93	002.365.88145-3
PI	21.06.99	002.365.00000-7
RN	16.06.96	002.365.00000-7
SE	24.09.91	002.365.04999-5

Exactus

Caminho Legal